



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recobram 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série	90\$		45\$
A 2.ª série	80\$		40\$
A 3.ª série	80\$		40\$
Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio			

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250\$ a linha, acrescida do respectivo imposto do sítio. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sítio branco.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Decreto n.º 32:318 — Abre um crédito para pagamento de uma quantia em dívida à empresa do jornal *O Século* pela publicação de assuntos respeitantes ao Ministério no número especial comemorativo dos Centenários, em 1940.

Ministério da Marinha:

Decreto n.º 32:319 — Abre um crédito para reforço da dotação inscrita na alínea a) do n.º 2) do artigo 46.º, capítulo 4.º, do orçamento do Ministério.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do artigo 7.º do orçamento da Administração dos Portos do Douro e Leixões.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 32:318

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea g) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e nas do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e do mencionado artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça, um crédito especial da quantia de 8.000\$, destinado a reforçar a dotação consignada a «Despesas de anos económicos findos», devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no artigo 365.º, capítulo 8.º, do orçamento respeitante ao

corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 8.000\$ na alínea a) do n.º 2) do artigo 62.º, capítulo 4.º, do actual orçamento do Ministério da Justiça.

Art. 3.º É autorizado o pagamento pela verba consignada a «Despesas de anos económicos findos», no artigo 365.º, capítulo 8.º, do orçamento do Ministério da Justiça respeitante ao corrente ano económico, da quantia de 8.000\$ em dívida à empresa do jornal *O Século* pela publicação de assuntos respeitantes ao mesmo Ministério no número especial comemorativo dos Centenários, em 1940.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Outubro de 1942. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 32:319

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 3.500.000\$, devendo a mesma importância ser adicionada à verba de 8.000.000\$ inscrita no orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o actual ano económico no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada — Corpo de Marinheiros da Armada», artigo 46.º «Outras despesas com o pessoal», n.º 2) «Alimentação», alínea a) «Rações à razão de 5\$40 diários e aquisição de géneros alimentícios».

Art. 2.º Para compensação do crédito aberto no artigo 1.º são anuladas no orçamento do Ministério das

Finanças para o ano económico corrente as seguintes importâncias:

Capítulo 2.º:	
Artigo 14.º, n.º 1)	6.000\$00
Capítulo 3.º:	
Artigo 27.º, n.º 1), alínea b)	22.000\$00
Artigo 27.º, n.º 1), alínea c)	10.000\$00
Artigo 36.º, n.º 1)	6.000\$00
Artigo 45.º, n.º 1)	29.000\$00
Artigo 52.º, n.º 1)	1.000\$00
Artigo 52.º, n.º 2)	4.000\$00
Artigo 67.º, n.º 1), alínea a)	27.000\$00
Artigo 67.º, n.º 3)	1.000\$00
Capítulo 4.º:	
Artigo 83.º, n.º 1)	52.000\$00
Artigo 83.º, n.º 2)	19.000\$00
Capítulo 5.º:	
Artigo 93.º, n.º 1)	41.000\$00
Capítulo 8.º:	
Artigo 113.º, n.º 1)	5.000\$00
Artigo 126.º, n.º 1)	31.000\$00
Artigo 134.º, n.º 1)	18.000\$00
Artigo 144.º, n.º 1)	19.000\$00
Artigo 149.º, n.º 1)	36.000\$00
Capítulo 9.º:	
Artigo 157.º, n.º 1)	21.000\$00
Capítulo 11.º:	
Artigo 167.º, n.º 1)	29.000\$00
Artigo 178.º, n.º 1)	2.000\$00
Artigo 191.º, n.º 1)	2.0 0\$00
Artigo 191.º, n.º 2), alínea a)	28.000\$00
Artigo 200.º, n.º 1)	1.000\$00
Artigo 200.º, n.º 2), alínea a)	6.000\$00
Artigo 200.º, n.º 2), alínea b)	8.000\$00
Artigo 210.º, n.º 1)	5.000\$00
Capítulo 12.º:	
Artigo 220.º, n.º 1)	209.000\$00
Capítulo 13.º:	
Artigo 229.º, n.º 1)	24.000\$00
Artigo 240.º, n.º 1)	444.000\$00
Artigo 258.º, n.º 1)	10.000\$00
Capítulo 14.º:	
Artigo 261.º, n.º 1)	76.000\$00
Capítulo 15.º:	
Artigo 273.º, n.º 1), alineas a) e b)	137.000\$00
Artigo 273.º, n.º 2), alínea a)	2.000\$00
Artigo 290.º, n.º 1)	9.000\$00
Artigo 295.º, n.º 1)	1.072.000\$00
Artigo 307.º, n.º 1)	502.000\$00
Artigo 307.º, n.º 2), alíneas a) e b)	69.000\$00
Artigo 318.º, n.º 1)	158.000\$00
Artigo 318.º, n.º 2)	8.000\$00

Artigo 327.º, n.º 1) 15.000\$00
Artigo 327.º, n.º 2) 68.000\$00

Capítulo 16.º:
 Artigo 346.º, n.º 1) 268.000\$00
8.500.000\$00

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto com força de lei n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Outubro de 1942. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração dos Portos do Douro e Leixões

Por despacho do Conselho de Administração dos Portos do Douro e Leixões de 8 de Outubro de 1942, de harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 27.º do decreto n.º 20:842, de 23 de Janeiro de 1932:

Transferido da rubrica:

Despesas com o material:

Artigo 7.º— Despesas de conservação e aproveitamento do material marítimo e terrestre (pagamento de todas as despesas, incluindo as de pessoal e encargos):

- 3) De móveis:
 - b) Custeio de guindastes do serviço de exploração 20.000\$00

para reforço da rubrica:

Despesas com o material:

Artigo 7.º— Despesas de conservação e aproveitamento do material marítimo e terrestre (pagamento de todas as despesas, incluindo as de pessoal e encargos):

- 1) De imóveis:
 - c) Cais, molhes e acessórios 20.000\$00

Administração dos Portos do Douro e Leixões, 9 de Outubro de 1942.— O Presidente do Conselho de Administração, José Eduardo de Carvalho Crato.